

Intervenção do Reitor no dia da Universidade de Coimbra

2018/03/01 João Gabriel Silva

Quero começar por acrescentar a minha viva saudação às que já foram feitas ao nosso laureado deste ano, o Professor Rui Vieira Nery. Mais uma vez a Universidade de Coimbra mostrou estar atenta ao mundo, distinguindo alguém que se tem notabilizado em especial por estudar e divulgar partes importantes da nossa história musical antiga que, pela sua mão, se vão redescobrimo. Não posso, aqui neste local, deixar de dar particular realce aos estudos do Doutor Rui Vieira Nery sobre o acervo de música antiga do Convento de Santa Cruz de que a Universidade de Coimbra dispõe, que já várias vezes me foi afirmado ser o maior acervo existente na Europa de música dos séculos XVI e XVII. Agradeço ao Banco Santander Totta, mais uma vez, o patrocínio dos 25 mil euros do prémio Universidade de Coimbra, e à sua representante hoje aqui, a administradora Inês Oom de Sousa, que entregou o prémio.

Penso ser particularmente adequado neste contexto chamar a vossa atenção para um disco recente, notável, que recria alguma da música desse acervo de Santa Cruz, concretamente o disco Zuguambé, do grupo Capella Sanctæ Crucis, grupo este que está a ter um reconhecimento internacional relevante e crescente. O líder deste grupo é Tiago Simas Freire, que é, importa destacar, nosso doutorando em Estudos Artísticos na Faculdade de Letras.

Neste septingentésimo vigésimo oitavo aniversário da Universidade de Coimbra o rumo de afirmação global da Universidade de Coimbra prossegue inabalável. Dois momentos deste ano refletem particularmente bem essa trajetória: a organização da cimeira intercalar da saúde, em abril, e dos jogos europeus universitários, em julho. Em ambos os eventos a Universidade de Coimbra assume-se como ator de nível internacional, sem tibiezas.

A cimeira da saúde, que terá lugar de 19 a 21 de abril no Convento de S. Francisco, é uma concretização da parceria entre a UC e o CHUC, através da sua integração na M8 Alliance, um grupo restrito, de alto nível, de hospitais e academias que se dedica ao estudo e promoção da Saúde Global. A cimeira que vai ter lugar em Coimbra tem como foco central a questão da medicina de fronteira, no sentido dos cuidados de saúde prestados em condições difíceis, não necessariamente em situação de guerra, ou mesmo de conflito de baixa intensidade, mas sim em condições logísticas e organizativas difíceis, com falta de pessoal qualificado, de instalações e equipamentos adequados. Há inúmeras regiões do mundo onde isso se verifica, e é indispensável dedicarmos muita atenção a esta questão, pois se estamos seriamente empenhados no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para 2030 é nessas regiões difíceis que o sucesso desses objetivos se decidirá.

Trata-se também de Portugal assumir em pleno, nestas arenas, a sua efetiva capacidade de trabalhar de forma eficaz em parceria com outros países de fora da Europa, em particular de África. Muitos ministros da saúde dos países de língua portuguesa estarão presentes, mas sabemos que a nossa capacidade de desenvolver projetos conjuntos é mais lata que as zonas de língua portuguesa. Não devemos ser tímidos no reconhecer do nosso potencial, e temos obrigação de trabalhar arduamente para concretizar esse potencial. A cimeira decorrer em Portugal manifesta da parte de muitos países desenvolvidos o reconhecimento dessa nossa capacidade; temos de a cumprir.

Os Jogos Europeus Universitários, por outro lado, serão o maior evento multidesportivo de sempre em Portugal. É certo que sofrem de um defeito grande: não são em Lisboa. Se fossem, os órgãos de comunicação social nacional não se manteriam tão afastados, mas ainda estão a tempo de corrigir o rumo. Veremos se o farão. De qualquer forma, não estamos a fazer isto para a ressonância nacional. Estamos a fazê-lo para nos afirmarmos fora de fronteiras, que é cada vez mais o nosso palco, e para dar um salto qualitativo nas condições e organização do desporto na Universidade de Coimbra. O estádio universitário está a ser sujeito a uma requalificação como nunca teve desde a sua fundação, a organização do desporto está a alterar-se substancialmente, em parceria plena com a AAC, a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física está a melhorar enormemente as suas instalações, e a Universidade de Coimbra será cada vez mais um destino óbvio para os estudantes de carreira dual, desportiva e académica.

A estratégia de internacionalização da Universidade de Coimbra está a correr muito bem, também na capacidade de atração de estudantes internacionais: tivemos na primeira fase de candidaturas para 2018-19 mais do dobro dos candidatos do ano passado.

Tenho refletido muitas vezes convosco, em momentos solenes como este, sobre o que significa cumprir a missão que o país nos confiou. É uma questão que tem uma relevância superior numa Universidade com a história da nossa, ao serviço da causa pública ao longo de tantos séculos. É-nos claro que temos de contribuir para o avanço do conhecimento, trabalhar para a prosperidade coletiva, educar as gerações no sentido de serem cidadãos ativos, construtivos. Sem dúvida que temos de desempenhar um papel importante nesta aventura comum que é a vida de uma comunidade diversa, mas com fortes laços de coesão, e contribuir intensamente para a evolução de um país com uma forte presença no mundo, e aberto ao mundo, como Portugal.

Mas, com o passar dos anos, cada vez compreendo melhor que não importa apenas empenharmo-nos em atingir esses objetivos. A maneira como o fazemos tem a mesma importância. É-me cada vez mais claro que esses objetivos não são sequer atingíveis se não formos exigentes no caminho. Se não seguirmos regras claras, de justiça, de transparência, de equidade. Não são atingíveis se não dedicarmos muita energia ao cumprimento destas normas de conduta. A justiça, a transparência, a equidade, a primazia do interesse coletivo, não se atingem sem uma ação consistente e deliberada nesse sentido. Estas normas de conduta não fluem de forma natural. Exigem reflexão, exigem esforço, exigem determinação.

O próprio caminho é que é o objetivo. A missão da Universidade nunca estará cumprida, tem de ser cumprida todos os dias. Se um dia se consumasse em pleno, no dia seguinte a Universidade poderia fechar. Mas não há fim para o caminho; todos os dias é preciso percorrê-lo, sabendo que não termina, como a sucessão de gerações. O que conta, é a maneira como caminhamos.

Uma Universidade, para o ser plenamente, tem de ser um espaço de liberdade. Tem de haver latitude para todos poderem defender as suas ideias, por divergentes que sejam, desde que respeitem o mesmo direito aos outros. Tem de ser um espaço de saber e iniciativa, livre. Ninguém pode ser prejudicado por exprimir as suas ideias. Todos têm de ter confiança que, no final, o que conta é o seu mérito no cumprimento das missões da universidade: ensino, investigação, extensão.

Para isso tem de haver regras processuais que todos cumpram. As pessoas têm de ser selecionadas por concursos justos, sem enviesamentos, as propostas de projetos têm de ser avaliadas em concursos equitativos, os dinheiros públicos devem ser gastos de forma que garanta igualdade de tratamento a todos os fornecedores, o acesso ao espaço, ao tempo, tem de ser o mais equilibrado possível. O interesse público, coletivo, democrático, tem de ser o critério final.

Há quem chame burocracia a estas regras processuais, associando-lhes a ideia de tarefas desnecessárias e absurdas. De desperdício. Mas são essas regras que nos garantem a justiça, a transparência, a igualdade de acesso e, na realidade, também a eficiência e a eficácia. Exatamente, a eficiência e a eficácia. Porque sem igualdade de acesso não há poupança. Sem justiça não há confluência de esforços, pois cada um puxa na sua direção, todos lutam entre si, e as desigualdades extremam-se. Sem transparência o enviesamento instala-se. Sem defesa do interesse público a Universidade é instrumento de interesses individuais ou de grupo, internos ou externos, e o interesse coletivo sai defraudado.

A burocracia é necessária. Quem já tenha tido contacto com empresas de grande dimensão sabe que todas elas desenvolveram os seus próprios mecanismos burocráticos, como condição de crescimento, eficácia, eficiência. As regras de funcionamento, a que chamamos burocracia, não são apanágio dos sistemas públicos, são condição de sobrevivência também para os sistemas privados. Com a enorme diferença de os sistemas públicos terem por objetivo defender e promover interesses coletivos, e os sistemas privados defenderem e promoverem os interesses de indivíduos ou de grupos, legítimos, mas particulares.

Causa-me por isso sempre muita estranheza quando se defende que, numa instituição pública, se deve recorrer ao direito privado. Porque as regras do direito privado não foram feitas para promover o interesse coletivo, mas sim para permitir a expressão de interesses particulares, mesmo que legítimos. O direito público, se democrático, esse sim, contém regras para garantir o interesse coletivo. Por exemplo, é compreensível que, no direito privado, não exista nenhuma regra que imponha que numa contratação de alguém se tenha de seguir um procedimento que garanta equidade de acesso a todos os potenciais interessados. Já no direito público isso é um elemento central, constitucional.

As compras públicas têm de tratar todos os fornecedores por igual. É evidente, não é verdade? Mas como compreender então os ataques ao Código de Contratos Públicos? Este não é perfeito, sou o primeiro a concordar. Mas as nossas energias têm de ser usadas para o melhorar, para o concretizar da forma o mais eficiente possível, não para o afastar.

A agilidade que tantas vezes se invoca para defender o regime privado em relação ao público é frequentemente apenas uma palavra positiva para designar a arbitrariedade e a desigualdade. A agilidade é plenamente possível no universo público. O sistema de tratamento de deslocações em serviço recentemente introduzido pela administração da Universidade de Coimbra mostra bem como no ordenamento público se pode ser eficiente, respeitando por inteiro a regularidade financeira, o Código de Contratos Públicos, e demais normas do direito público. Recuso com toda a intensidade a ideia que tantos propalam, como se de uma tautologia se tratasse, que o público é ineficiente e o privado eficiente. A verdade é que falências, arbitrariedades, decisões

catastróficas, ocorrem todos os dias no mundo privado. A Universidade de Coimbra, se fosse uma instituição privada, já teria desaparecido há muito.

As instituições públicas, que gerem bens públicos, que servem desígnios públicos, como a Universidade de Coimbra, têm de se guiar em pleno pelas normas do direito público. Isto sim, é para mim cada vez mais uma tautologia, com muitas consequências.

Termino saudando os novos doutores. As cerca de três dezenas que hoje aqui vão receber a sua carta doutoral representam os 220 que no ano passado obtiveram o grau de doutor na Universidade de Coimbra. A todos, e muito em particular aos presentes, desejo um futuro risonho, cheio de oportunidades para aplicarem as capacidades acrescidas que aqui desenvolveram. Eles representam um dos resultados mais nobres da atividade de uma universidade.

Saúdo ainda os aposentados do pessoal técnico da Universidade que aqui estão hoje, e a eles expresso, como representantes dos nove que se aposentaram no ano passado, toda a gratidão da Universidade de Coimbra por uma vida de dedicação a esta instituição.

Remato com a minha habitual nota de otimismo. Estou profundamente convicto do futuro pujante desta universidade, cada ano mais forte na sua presença global.